

O ANTIGO CRUZEIRO DO ARRAIAL CURRAL DEL REI E A NOVA CAPITAL¹

Rosana de Figueiredo Angelo

rosanafangelo@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9775233427896752>

Resumo

A proposta apresentada para este artigo foi pesquisar sobre uma região de Belo Horizonte onde havia um Cruzeiro, desde a época do antigo arraial Curral Del Rei. Essa região, atualmente, é ocupada pela Praça Milton Campos, cruzamento entre duas importantes avenidas da capital mineira: Contorno e Afonso Pena. Como foco deste texto escolhemos o **Cruzeiro** para desenvolver algumas reflexões sobre a história, o significado, a iconografia e a importância desse monumento para a cidade. Para isso, vamos buscar como referencial teórico a bibliografia clássica sobre o tema e as análises desenvolvidas pelo filósofo Michel Serres em sua obra *O Mal Limpo: poluir para se apropriar?* Além disso, recorreremos às fontes iconográficas (pinturas, fotografias) e textuais produzidas, especialmente, pela Comissão Construtora da Nova Capital e que compõem os ricos acervos do Arquivo Público Mineiro, da Cidade de Belo Horizonte e do Museu Abílio Barreto. Essas fontes já foram digitalizadas e estão disponíveis na *Web*. Devemos destacar, especialmente, como referência fundamental, a obra clássica *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva* do historiador Abílio Barreto, publicada e editada pela primeira vez em 1928. A presença desse símbolo cristão deu o nome de Cruzeiro a um dos bairros dessa área, que na sua origem ocupava a 1ª seção Suburbana e da Ex-Colônia Adalberto Ferraz. Os loteamentos desse bairro tiveram início em 1920. Além do cruzeiro como referência havia, também, próximo a ele, o Reservatório da Serra e o *Pendura Saia*.

Palavras-chave: Belo Horizonte; Cruzeiro, História e Patrimônio.

Abstract

The proposal presented for this article was to research a region of Belo Horizonte where there was a Cruzeiro, since the time of the old arraial Curral Del Rei. This region is currently occupied by Milton Campos square, the intersection between two important avenues of the capital of Minas Gerais: Contorno and Afonso Pena. As the focus of this text, we chose Cruzeiro to develop some reflections on the history, the meaning, the iconography and the importance of this monument for the city. For that, we will find as a theoretical reference the classic bibliography on the subject and the analysis developed by the philosopher Michel Serres in his work *O Mal Limpo: poluir para se apropriar?* In addition, we resort to the iconographic (paintings, photographs) and textual sources produced, especially, by the Construction Commission of the New Capital and that makes up the rich collections of the Minas Gerais Public Archive, the City of Belo Horizonte and the Abílio Barreto Museum. These sources have already been digitized and are available on the Web. We should highlight, especially as a fundamental reference, the classic work *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva* of the historian Abílio Barreto, published and edited for the first time in 1928. The presence of this Christian symbol gave the name of Cruzeiro to one of the neighborhoods in that area, which originally occupied the 1st Suburban section and the former Adalberto Ferraz Colony. The subdivisions of this neighborhood began in 1920. In addition to the Cruzeiro as a reference, there was also, next to it, the Reservatório da Serra and the *Pendura Saia*.

Keywords: Belo Horizonte; Cruzeiro, History and Heritage.

O Primeiro cruzeiro na América Portuguesa: um pouco de História

No dia 09 de Março de 1500, a armada comandada por Pedro Álvares Cabral parte de Portugal e acaba por aportar, mais de um mês depois, nas costas das terras que

¹ Este artigo foi elaborado como trabalho de conclusão da disciplina A Cidade e a Imagem ministrada pela professora Dra Myrian Bahia Lopes, do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Gostaria de agradecer a professora Myriam pela orientação e sugestão do tema.

seriam, mais tarde, nomeadas de Terra de Santa Cruz. Após alguns dias quando foram estabelecidos os primeiros contatos com a região e seus habitantes foi celebrada a Primeira Missa no Brasil, no Domingo de Páscoa, pelo Frei Franciscano Henrique Soares de Coimbra, e somente, alguns dias depois, plantada uma cruz no novo território.

Esses momentos que foram registrados por Pero Vaz de Caminha, um dos escrivães da frota de Cabral, agregou e reduziu aquele território e a sua população à condição de súditos do vastíssimo Império Português.

“Ao **domingo de Pascoela** pela manhã, determinou o Capitão de ir **ouvir missa** e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se aprestassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. **Mandou naquele ilhéu armar um esperavel, e dentro dele um altar mui bem corregido.** E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que todos eram ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção. Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho E hoje que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio, contra o sul onde nos pareceu que seria **melhor arvorar a cruz, para melhor ser vista. E ali marcou o Capitão o sítio onde haviam de fazer a cova para a fincar.** E enquanto a iam abrindo, ele com todos nós outros fomos pela cruz, rio abaixo onde ela estava. E com os religiosos e sacerdotes que cantavam, à frente, fomos trazendo-a dali, a modo de procissão. Eram já aí quantidade deles, uns setenta ou oitenta; e quando nos assim viram chegar, alguns se foram meter debaixo dela, ajudar-nos. Passamos o rio, ao longo da praia; e fomos colocá-la onde havia de ficar, que será obra de dois tiros de besta do rio. Andando-se ali nisto, viriam bem cento cinqüenta, ou mais. **Plantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe haviam pregado, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos....**” (Grifó nosso)

(http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso: 27/07/2019, às 17 horas)

O Brasil nasce ali, no sul da Bahia, tendo indígenas, portugueses e um cruzeiro como testemunhas. Marco de posse e dominação que revela a importância do Padroado, ou seja, nesse período deve-se reconhecer a Igreja como um braço fundamental do Estado nas políticas colonizadoras que não se restringiram à América portuguesa, mas, expandiram-se por todo o Império.

“Os padrões, ou marcos, plantados na costa da África e da Ásia, traziam as armas reais entrelaçadas à cruz, pois missão evangelizadora e colonização se sobrepunham.” (DEL PRIORE, 2001, P. 36)

Esses momentos foram fundidos e imortalizados no imaginário nacional através das obras de arte produzidas por Victor Meirelles, no século XIX e por Cândido

Portinari, já em meados do século XX, que apresentam características específicas, mas que propiciam ricas reflexões sobre a construção da idéia da nação brasileira.

Na representação de Meirelles podemos destacar a visão sagrada daquele momento. Os portugueses, em profunda devoção à cruz, revelando o lugar destacado da fé cristã na vida do homem naquele período Barroco. Do outro lado, o olhar interessado, admirado e curioso da população autóctone, que é retratada em uma postura pacífica, renunciando a empreitada colonizadora que teria na conversão dos povos gentios uma ação importantíssima.

Segundo a mentalidade providencialista da época, quanto mais obras de caridade cristã fossem realizadas pelo soberano e súditos de Portugal, maior o júbilo de Deus que em troca concederia muitos benefícios materiais e espirituais, como por exemplo, a fertilidade do Rei e das suas terras, o achado de ricos veios de ouro e preciosidades, uma Boa Morte, dentre outros.

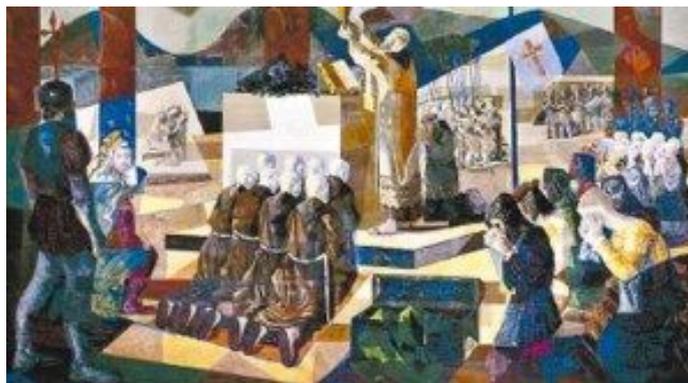
“ Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! **Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.** (grifo nosso)
http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso: 27/07/2019, às 17 horas)

Assim, a idéia de cristianizar indígenas e, como recompensa descobrir riquezas, povoou o imaginário europeu e português, por todo aquele período de expansão, violência e exploração colonial.

“... os bons cuidados da providência, propiciando o achado de prata e ouro, deveriam ser pagos com almas; por outro lado, quanto mais almas se enviassem aos céus, melhores seriam as disposições do criador para com os colonos” (SOUZA, 1986, p.34)



VICTOR MEIRELLES: *Primeira missa no Brasil*, 1860.
Óleo sobre tela, 268 x 356 cm.
Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes.



Cândido Portinari. A Primeira Missa no Brasil. 1948
Têmpera sobre tela 266x598 cm
Rio de Janeiro. Coleção particular.

A expansão das fronteiras

A notícia das novas terras espalhou-se por toda a Europa, mas somente três décadas depois, que essa região despertou o interesse do Estado. A exploração e o povoamento da América Portuguesa irá se restringir ao litoral até o século XVII, quando as primeiras expedições partem para o interior da colônia em busca de pedras e metais preciosos.

As lendas em torno do tão sonhado “eldorado” incentivou aventureiros portugueses e pessoas de outras regiões a embrenharem-se pelo vasto território colonial, ainda inexplorado, e que se apresentava misterioso, instigante e promissor.

Depois de várias expedições e, somente em fins do século XVII, o eldorado materializou-se: foi iniciada a exploração do ouro, naquela região interiorana da colônia conhecida como “*Minas dos Cataguazes*”, parte integrante da então Capitania do Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo Souza (2000, p.21), com as notícias dessas descobertas um grande fluxo de aventureiros rumou para as Minas, em busca de enriquecimento rápido, estabelecendo-se uma desordenada e caótica “*corrida do ouro*” para essa região. Poucos caminhos eram conhecidos que ligavam o litoral às minas de ouro, entre eles, o Caminho Geral do Sertão, o caminho Velho, o Novo e o da Cachoeira. Ao longo deles, desenvolveram-se a agricultura, as roças, a criação de animais e as atividades comerciais.

O Estado português procurou restringir esses caminhos e fiscalizá-los através de Registros estabelecidos em pontos estratégicos, com o objetivo de ordenar a entrada dos aventureiros e de controlar a circulação de riquezas, o contrabando de ouro e escravos, e de cobrar impostos.

Os bandeirantes, praticando violências e enfrentando inúmeras adversidades, conduziam as suas tropas e seus santos de devoção em oratórios portáteis nos lombos dos burros. À medida que a extração do ouro demonstrava bons rendimentos, a população fixava-se construindo, a princípio, rústicos abrigos e uma capela primitiva para entronizar o santo padroeiro daquela expedição.

Segundo Campos (1986, p. 61), essas expedições, apesar do seu teor violento, apresentavam um forte religiosismo e devoção, de acordo com a mentalidade barroca da época. Esses colonizadores, imbuídos de espírito religioso e temerosos dos perigos e incertezas a que estavam expostos, procuravam redimir-se de todas as faltas que poderiam comprometer a salvação de sua alma, das penas eternas do inferno ou, ainda, aliviar o seu estágio no purgatório.

Assim, neste contexto, de conflitos e de grande instabilidade, surgem os primeiros povoados, arraiais, vilas e cidade na região das Minas Gerais. Podemos perceber a presença cada vez mais forte do aparelho administrativo do Estado português e das políticas do Padroado.

“O termo Padroado (do latim *Patronatus*) significa tutor ou protetor. Geralmente o fundador de uma capela ermida, de uma igreja, de um hospital ou convento era chamado de patrono (ou benfeitor) e acabava recebendo honrarias e privilégios em razão dos investimentos feitos. Com isso, as coisas de Deus se misturavam às dos homens, causando, vez por outra, querelas entre autoridades mundanas e religiosas. Os gestos heróicos de monarcas – como, por exemplo, e extirpação das heresias e a ampliação do orbe cristão – foram retribuídos pela Santa Sé com distinções honoríficas e com benefícios (materiais e espirituais) que atingiriam a vida do rei e de seus vassallos tanto no plano terreno, quanto na eternidade.” (CAMPOS, 2011, p. 32)

Nas Vilas, o Senado da Câmara tentava organizar a ocupação da região criando as posturas municipais, que procuravam legislar as formas de convívio social, as normas de ocupação do espaço urbano, etc.

Para Sylvio de Vasconcellos (1977) podemos pensar em uma arquitetura do poder público como as Casas de Câmara e Cadeia e o Pelourinho a sua frente, o Palácio do Governador (Vila Rica), Casas de Fundação, Chafarizes e Pontes. Devemos também destacar a arquitetura religiosa com as primeiras edificações em taipa, até os grandes templos de pedra, além dos Passos, cemitérios e cruzeiros.

Muitas dessas obras guardam formas ricas e sofisticadas de ornamentação que variam de acordo com o gosto e com os padrões iconográficos da época, do Barroco Nacional Português, Joanino ao Rococó.

Podemos concluir que desde a chegada dos europeus ocorreu a ocupação e tomada de posse das “novas” terras, a despeito da presença dos povos indígenas e de seus ancestrais enterrados ali, espalhando as suas marcas e marcos. Segundo o filósofo Michel Serres, marcar é o verbo que tem a sua origem nas marcas que os pés imprimiam na terra. “*A propriedade se marca, como o traço deixa seu traço.*” (2011, p. 14).

Para Serres, as marcas naturais, originárias do comportamento dos animais, que garantiriam o Direito Natural à propriedade, como a urina e as fezes, o sangue, o esperma, os cadáveres dos antepassados, lentamente cedem a um conjunto de normas e leis culturais, assim, o Direito Natural torna-se Positivo “... *primeiramente, fazendo evoluir práticas tão duras quanto possível: crimes, invasões violentas, lixos fedorentos ... na direção de signos que denominamos suaves.*” (2011, p.25) Por suaves, entende-se signos culturais. A apropriação acontece não mais pelas dejeções, mas pelas assinaturas, palavras, siglas, bandeiras, marcos, cruzeiros.

O antigo cruzeiro do Arraial do Curral Del Rei

A pintura abaixo faz parte do acervo do Museu Abílio Barreto, e é a única imagem que dispomos do antigo Cruzeiro do Arraial Curral Del Rei. Este monumento estava localizado em uma região elevada o que propiciava uma visão privilegiada do mesmo.



Émile Rouède. Panorama do Arraial. 14-8-1894
Óleo sobre tela 145cmx105cm
Museu Histórico Abílio Barreto.

Obra do pintor francês Émile Rouède, intitulada *Panorama do arraial de Belo Horizonte, tomado do alto do morro do Cruzeiro*, foi concluída em 14/08/1894. Esse artista veio ao Arraial Curral Del Rei aceitando o convite da Comissão Construtora para registrar em três telas vistas do arraial às vésperas de sua extinção. Nesta tela, temos a representação da imagem do cruzeiro implantado sobre uma plataforma de três degraus. O monumento foi pintado de costas, mesmo assim, podemos perceber a sua ornamentação com os objetos relativos ao martírio de Cristo. É possível observar ainda, uma ampla vista do antigo Curral Del Rei, com a sua Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem e o antigo casario disperso de forma irregular pelas ruas do arraial setecentista. Assim, é possível desenvolver uma análise iconográfica desse monumento, a partir da fruição visual da pintura e da constatação da presença dos elementos ornamentais relativos à Paixão de Cristo. Para Afonso Ávila (p.34, 1996), esse cruzeiro deve ser reconhecido como uma “Cruz dos Martírios”.

“Cruzeiro: Grande cruz erguida nos adros, cemitérios, largos, praças, etc.. Alguns cruzeiros apresentam a forma conhecida como “Cruz dos Martírios”, que trás os instrumentos do suplício de Cristo.”

Segundo Panofvsky, *“Iconografia é o ramo da História da Arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição a sua forma”* (1976, p. 47). Os artistas e artífices que trabalharam na Capitania das Minas, durante o período colonial, eram obrigados a seguir um rígido repertório iconográfico que era elaborado pela Igreja. Dessa forma, o artista precisava dominar um padrão iconográfico, ter acesso ao tema ou ser orientado nas suas escolhas, ou seja, quais as cores que deveria usar, quais os atributos dos santos e de toda uma linguagem simbólica.

“O gênio e a criatividade do artista, expressavam-se mais em sua habilidade, nas inovações técnicas e no traçado particular, do que na criação de novas cenas e representações.” (ALVES, 1999, p.73)

As fontes iconográficas utilizadas por eles eram, principalmente, extraídas da Bíblia e de uma vasta bibliografia hagiológica existente e de grande circulação na Capitania das Minas, como a Lenda Dourada, os *Flos Sanctorum*, dentre outras fontes. Tudo isso era de suma importância para o reconhecimento do tema tratado pelos devotos, pois a maioria deles não sabia ler, assumindo a arte uma grande função pedagógica.

Nessa perspectiva, com o objetivo de enriquecer as nossas pesquisas sobre o tema podemos apresentar uma ampla leitura dos ornamentos que, com maior frequência, decoram as Cruzes dos Martírios preservadas em muitas cidades de Minas e do Brasil. Para Real (1962, p.69) podemos conceituar Cruz como

“Instrumento de suplício na Antiguidade composto de dois madeiros, um atravessado no outro; símbolo da redenção para os cristãos. Há de vários feitios conforme a disposição dos braços e da decoração.”

Essa autora classifica e nomeia vários tipos de cruzes como a Arquiepiscopal ou de Lorena, a cruz de Cristo, a cruz de Malta, de Santo André, a Gamada, a cruz Grega, a latina, a patriarcal, a primitiva ou Tau, conhecida também como a cruz de Santo Antão.

A tradição cristã enriqueceu o caráter simbólico da cruz e concentrou, nessa imagem, toda a história e paixão do Salvador. A cruz é o símbolo do Cristo, do crucificado, do verbo. Chevalier & Gheerbrant, (1993, p.310) afirmam em seu verbete sobre a Cruz que

“... não existe símbolo mais vivo. Acresce que a iconografia cristã se apoderou dela para exprimir o suplício do Messias, mas também a sua presença. Onde está a cruz, aí está o crucificado.”

É possível, após o estudo dos objetos que ornamentam a Cruz dos Martírios, proceder a sua descrição iconográfica:

- ✓ A **Coroa** de espinhos que coroou Jesus Cristo como o rei dos judeus.
- ✓ O **coração em chamas** que simboliza a fé.
- ✓ O **galo** que cantou quando o apóstolo Pedro negou, por três vezes, conhecer o Cristo.
- ✓ O **Martelo** que foi usado para fixar os cravos nas mãos e pés de Cristo.
- ✓ Os **cravos** usados para pregar as mãos e os pés de Jesus na Cruz.
- ✓ A **tabuleta com a inscrição INRI** que significa “Jesus Nazareno Rei dos Judeus”.
- ✓ As **canas** que foram usadas como cetro real quando Jesus Cristo foi torturado e intitulado Rei dos Judeus.
- ✓ O **resplendor** que representa o espírito do Santo Cristo.
- ✓ As **lanças** que os soldados romanos usaram para levar até os lábios do Cristo o fel para saciar a sua sede e a outra que deferiu um golpe no Sagrado Coração de Jesus.
- ✓ A **Túnica** usada por Cristo e os **dadinhos** que foram jogados pelos soldados romanos na disputa por ela.
- ✓ A **escada** que foi utilizada no descendimento do corpo de Cristo da cruz.
- ✓ A **torquês** que foi usada para retirar os cravos que prendiam as mãos e os pés de Cristo na cruz.
- ✓ A **corneta** tocada pelo arauto para convocar todas as pessoas para assistirem os suplícios e morte dos condenados.

- ✓ O **Santo Cálice** que recolheu o Sangue Sagrado de Jesus Cristo.
- ✓ O **crânio e as tíbias** cruzadas: Jesus foi crucificado no Gólgota ou Monte Calvário lugar onde acontecia às execuções dos condenados. O texto bíblico conta que durante a agonia e morte do Cristo teria ocorrido um grande tremor de terra, aflorando muitos ossos do chão, entre eles a ossada de Adão.
- ✓ O **Santo Sudário** que envolveu o corpo de Jesus.
- ✓ Os **três degraus** da cruz que representam a subida do Cristo ao Calvário, ou podem simbolizar a fé, o amor e a esperança.

Não conseguimos levantar dados a respeito da história da implantação do cruzeiro naquela região, possivelmente, durante o período colonial, época do surgimento e crescimento do Arraial do Curral Del Rei. Entretanto, conseguimos informações sobre a sua retirada e transferência para a Praça Ametista, na região suburbana, no período das obras da construção da Nova Capital.

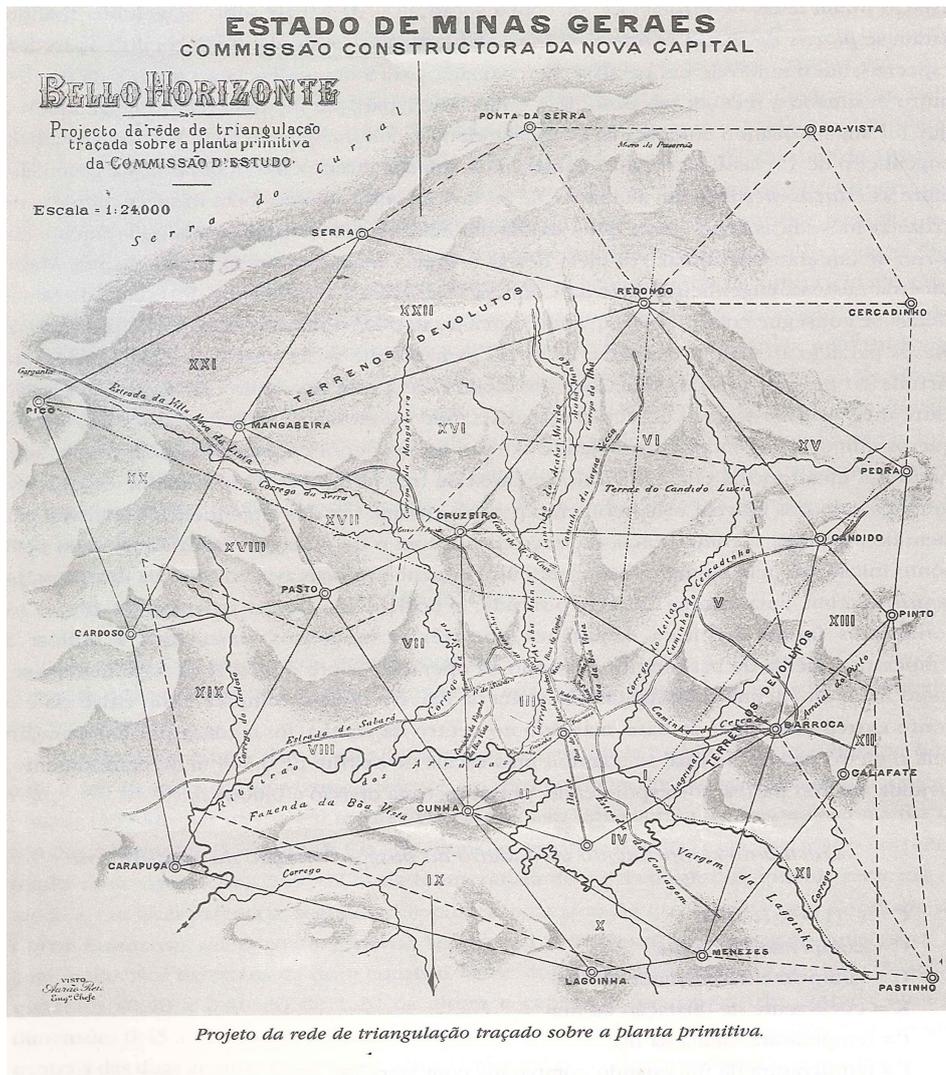
O antigo cruzeiro e a nova capital

Segundo o Historiador Abílio Barreto, várias cruzes foram plantadas no antigo arraial Curral Del Rei. Próximo à Capela de Santana existia uma *via crucis* campal, toda murada de taipa, com 14 cruzes usadas durante o ofício da Via sacra. Este enorme espaço havia sido erigido em 1853, pelo Frei Francisco de Coriolando. Nesse mesmo período foi também erguido um grande Cruzeiro, no Pico do Taquaril, mais tarde destruído por faíscas elétricas. A *Via Crucis* foi demolida pela Comissão Construtora de Belo Horizonte, quando das obras de execução da esplanada para a construção da Praça da Liberdade e vizinhanças.

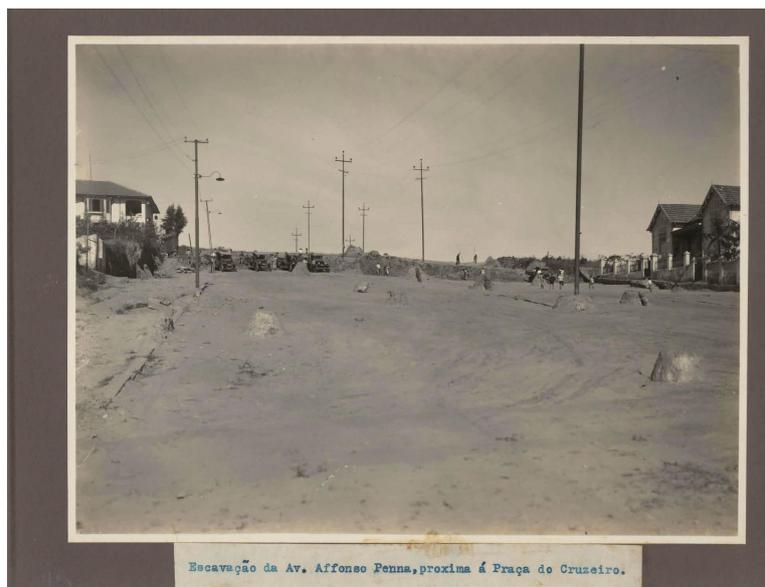
Existiam ainda outros cruzeiros em torno de Belo Horizonte, nas regiões da Ressaca, do Pastinho, do Bom Sucesso e do Calafate, além do cruzeiro que estava localizado na região sul do arraial Curral Del Rei.

“ ... erguia-se outro ao sul da povoação, no local onde termina hoje a Avenida Afonso Pena, **Praça do Cruzeiro**. Escolhido mais tarde aquele local para a construção da Matriz da Boa Viagem, foi o sagrado madeiro arrancado, sendo posteriormente, colocado outro ali, em substituição, o qual deu nome ao bairro, que é o dos mais aprazíveis da capital. Este último, erguido em 1900, em comemoração do centenário, também foi arrancado agora, em 1928, para os serviços de desmonte que a Prefeitura está executando.” (BARRETO, 1995, p. 263) (Grifo nosso)

Podemos observar essas localizações, conforme imagem abaixo, através do Projeto da Rede de Triangulação traçado sobre a planta primitiva (BARRETO, 1995, p. 196)



Vista do Pico e do Cruzeiro.
 Museu Histórico Abílio Barreto.
 Fundo: Comissão Constructora da Nova Capital Notação: CCALB01014
 Data: 1894/5



Escavação da Avenida Afonso Pena, próxima à Praça do Cruzeiro.

Arquivo Público Mineiro

Fundo: Olegário Maciel Notação: OM-2-003(25)

Data: 1926/30

De acordo com Barreto, um dos projetos propostos pela Comissão Construtora da Nova Capital seria a demolição de algumas edificações religiosas, em destaque, a antiga Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem e a Capela de Nossa Senhora do Rosário. Para tais obras foi solicitada a autorização do Bispo de Mariana, em 08/08/1894.

“ ... devem ser demolidos no distrito de Belo Horizonte, **para o conveniente traçado da nova cidade destinada à capital do Estado**, estão a Igreja Matriz e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, pertencentes ao culto católico de que sois um dos respeitáveis chefes.” (1995, p. 175) (Grifo nosso)



Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem
Museu Histórico Abílio Barreto.

Fundo: Comissão Construtora da Nova Capital Notação: CCALB01 023

Data: 1894/5



Largo do Rosário
Museu Histórico Abílio Barreto.
Fundo: Secretaria da Agricultura - Comissão Construtora da Nova Capital
Notação: SA2 003 013 Data: 1895

Neste mesmo documento, a Comissão Construtora, chefiada pelo Engenheiro Aarão Reis em conjunto com o governo do Estado de Minas Gerais, assume o compromisso de construir novos templos em substituição dos antigos.

“... Para a satisfação desta necessidade do serviço público e salvaguarda, ao mesmo tempo elevados interesses da religião católica, assume o Estado o compromisso de fazer oportunamente construir, em **lugar apropriado**, novos templos que substituam os que têm de ser demolidos.” (1995, p. 175) (Grifo nosso)

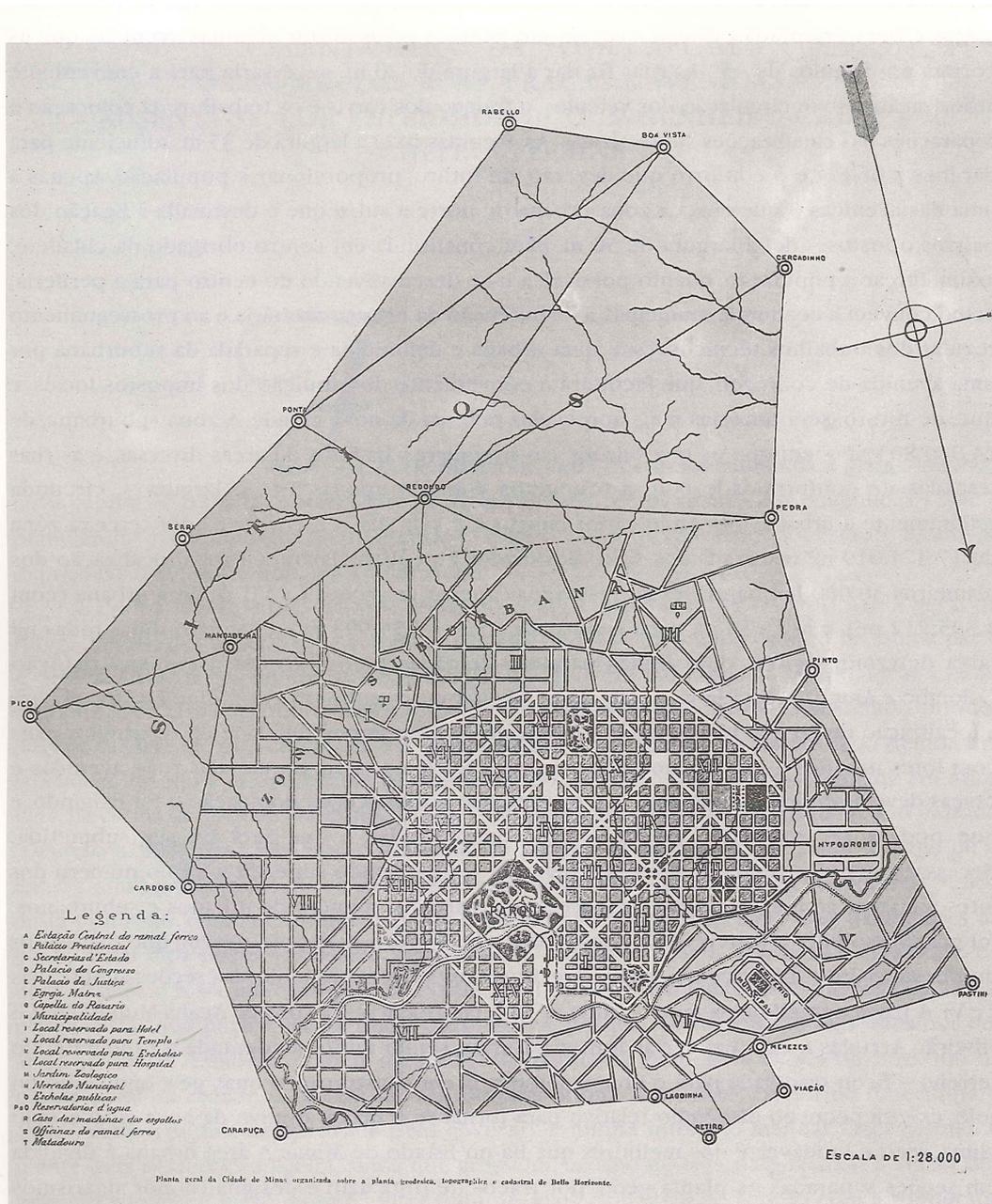
Em 16/12/1894, o Bispo de Mariana, autoriza as demolições depois que os templos substitutos estivessem prontos para atender às necessidades espirituais da população e aos interesses da Igreja, salvaguardando os patrimônios da matriz de Belo Horizonte, da Capela do Rosário, e os direitos do cemitério paroquial. O lugar escolhido para a construção da nova Matriz foi o alto do cruzeiro, região destacada que podia ser vista por todos e, ao mesmo tempo, ter uma visão panorâmica da nova capital republicana. O projeto arquitetônico detalhado desse novo templo ficou a cargo do Dr. José de Magalhães, responsável também pelos projetos do Palácio da Liberdade e das Secretarias.



Projetos do interior e fachada principal da Igreja Matriz que se pretendia construir na Praça do Cruzeiro.
(BARRETO, 1995, p. 498)

Assim, podemos perceber que a demolição daqueles templos setecentistas apesar da sua tradição, devocional e histórica, não foi vista pelo Estado e nem pelo Bispado, como um problema. O que eles almejavam era garantir a definição regular do traçado urbano da nova capital e o atendimento às necessidades dos fiéis em qualquer outra nova edificação sagrada.

Em 1895 foi aberta à concorrência pública a execução de várias obras para a construção da nova capital, entre elas a Matriz no alto do Cruzeiro, por 400:000\$000 e a Capela do Rosário, hoje Orfanato Santo Antônio, por 40:000\$000 (BARRETO, p. 232, 1995). Em 11/02/1895, foi contratado com o Sr. Afonso Masini as obras dos novos templos bem como a execução das suas esplanadas. Conforme a legenda da Planta Geral da Cidade de Minas podemos identificar o local reservado para a construção da nova Matriz.

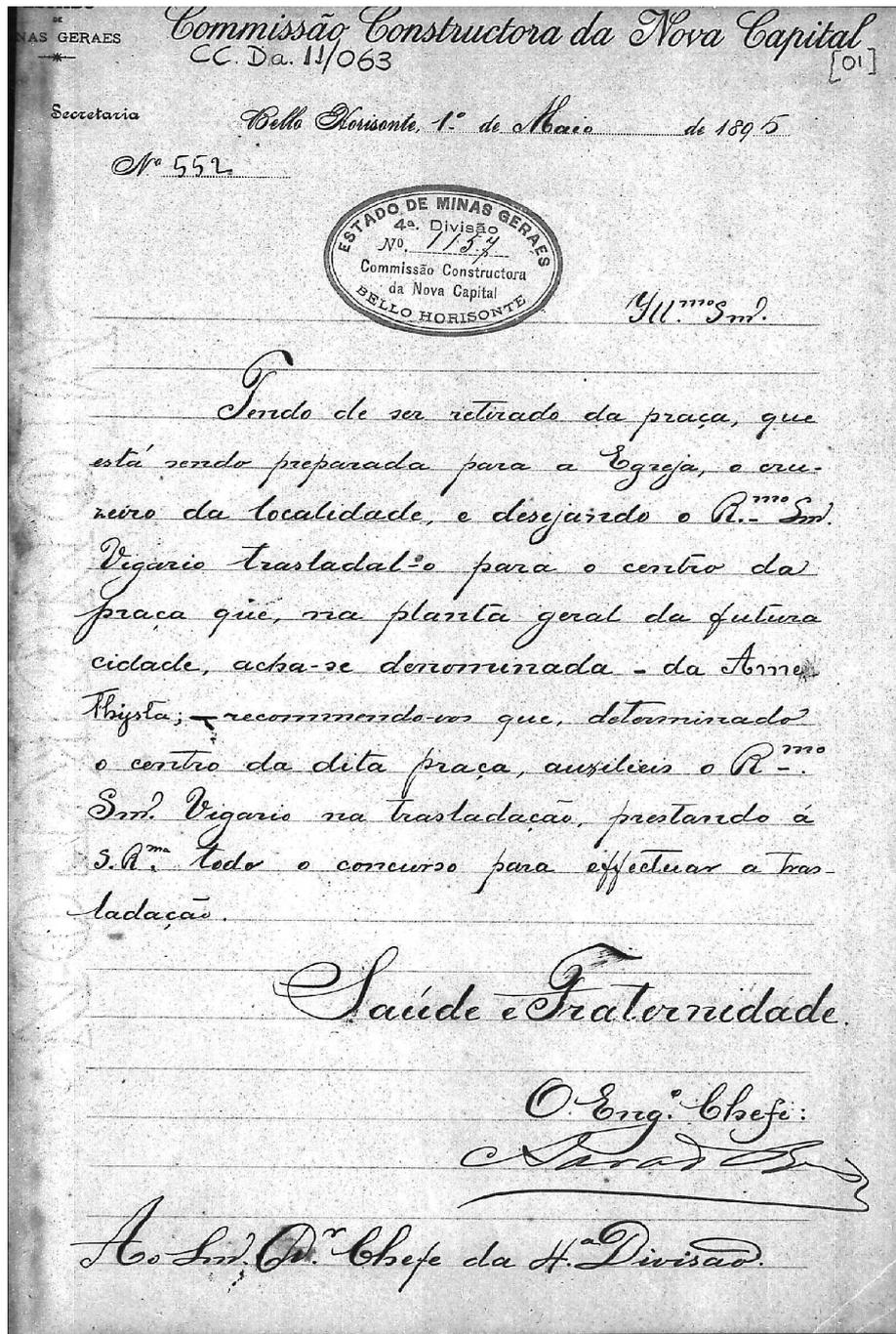


Planta geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodesica, topografica e cadastral de Belo Horizonte.

(BARRETO, 1995, p. 252)

Para o início das obras da nova Matriz deveria ser retirado o antigo cruzeiro. Segundo Abílio Barreto e de acordo com o documento abaixo, o chefe da Comissão Construtora, Aarão Reis, recomendava a 4ª divisão, em 01/05/1895, que

“Tendo de ser retirado da praça que está sendo preparada para a Igreja o cruzeiro da localidade, e desejando o reverendo vigário trasladá-lo para o centro da praça que, na planta geral da futura cidade, acha-se denominada – Ametista – recomendo-vos que, determinado o centro da dita praça auxilieis o Revmo Vigário na trasladação, prestando a S Revmo todo o concurso para efetuar a trasladação.” (1995, p. 265)



Museu Histórico Abílio Barreto.

Notação: CCDa 11/063

Data: 01/05/1895.

O que a Comissão Construtora não contava era com a reação da população, a favor da conservação da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem.

“Certo é, porém, que a importância tradicional daquele templo se impunha tão eloqüentemente que a Comissão Construtora, de acordo com o governo, julgou de melhor aviso conciliar o traçado da capital com a conservação da Matriz, providenciando para que o local em que ela se achava se convertesse em uma praça, como ao tempo do arraial. E foi o que se fez, com aplausos unânimes dos habitantes de Belo Horizonte. Desde então, nem o Governo, nem a Comissão, pensou mais em demoli-la.” (BARRETO, p. 178, 1995)

Além disso, outro aspecto apresentado pelo historiador Abílio Barreto, a partir da análise do relatório de abril de 1896 do engenheiro chefe da Comissão Construtora Aarão Reis, os serviços contratados para as obras de preparação da esplanada para a construção da nova Matriz de Belo Horizonte, não haviam sido executados conforme o esperado.

“Por falta de recurso ou de capacidade não fez o empreiteiro instalação alguma e luta com muitas dificuldades para obter ali qualquer material, não tendo meios convenientes de transportes. Nem mesmo as escavações tiveram o desejado impulso, tendo sido extraídos, até 31 de Dezembro, apenas 14.625 metros cúbicos de piçarra. Na data em que escrevo, a pedido do empreiteiro, que aliás tem atividade e boa vontade, está resolvida a rescisão deste contrato por acordo.” (1995, p. 500)

De acordo com as pesquisas de Barreto, a antiga Boa Viagem iria permanecer no seu lugar e teria sido definida uma praça para o seu entorno. A demolição do templo tornou-se condenável já que se tratava de uma edificação tradicional da localidade. “... *resolveu-se conservá-la como preciosidade histórica do arraial que iria desaparecer*” (1995, p. 500)

A construção da nova matriz não aconteceu, mas já era tarde, o antigo cruzeiro já havia sido removido do seu lugar de origem e transferido para a Praça Ametista na região suburbana da Nova Capital.

Considerações finais

Segundo Michel Serres é uma tarefa difícil pensar no *empilhamento* dos mapas. Podemos refletir a partir de duas perspectivas, saberes e culturas, que se inscrevem em nós como referências que delinham as nossas atitudes, escolhas, vivências.

“... nós cobrimos não só de urina e de lixo, de signos e marcas, mas também em seguida, de estruturas mais finas, através das quais menos o vemos, cheiramos ou compreendemos do que, mais, nos apropriamos, em nome da ciência, da técnica, do pensamento: são centenas de mapas a mais.” (2011, p. 95)

Quando o antigo Curral Del Rei foi destruído, muitos caminhões, tratores, guindastes e homens trabalharam, incessantemente, para se extrair e demolir essas camadas, destruindo uma crosta superficial.

“Não apenas limpar os dejetos, mas levantar os formatos dessas finas estratégias. Como desmanchar essa crosta de superfície que tal forma impede o acesso ao real que até duvidamos de sua existência, que até podemos demonstrar, com argumentos concludentes, que ele não existe? E se, desesperadamente, tentarmos retirar essa imensa e densa espessura?” (SERRES, 2011, p.95)

O que temos a baixo? Segundo Serres, a Beleza. É fundamental reconhecer o valor e a participação das comunidades locais na construção e na interpretação do seu espaço, da sua cidade de seus bens e não reduzir tais ações aos interesses exteriores, desvinculados daquilo que é realmente importante para o grupo. A Memória escolhe, interpreta e dá sentido às experiências, dessa maneira, quando buscamos desvendar e proteger os bens patrimoniais estamos preservando as vivências cotidianas.

“ Hominescentes suaves passaram a habitar um espaço que precisamos rapidamente tornar suave para podermos nele sobreviver, mas à condição, então de igualmente lutarmos contra a sua apropriação pela invasão do suave. É essa a obra *locadora* de hoje.” (SERRES, 2011, p.99)

Os patrimônios Culturais estão em constante transformação, não são estáticos e prisioneiros do passado, eles se fortalecem através das trocas culturais e a sua importância é reconhecida e dada, fundamentalmente, pelas próprias comunidades.

Referências

A Carta de Pero Vaz de Caminha/estudo crítico de J.F. de Almeida Prado; texto e glossário de Maria Beatriz Nizza da Silva. – 3 ed. – RJ: Agir, 1989. (Nossos Clássicos; 87)

ALVES, Rosana de Figueiredo Angelo. **A Venerável Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo de Sabará: Pompa barroca, Manifestações Artísticas e as Cerimônias da Semana Santa (Século XVIII a meados do Século XIX)**. Dissertação de Mestrado – FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 1999.

ÁVILA, Affonso. **O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco**. 2º Ed. SP: Editora Perspectiva, 1980.

_____. **Iniciação ao Barroco Mineiro**. SP: Nobel, 1984.

_____. **Barroco Mineiro glossário de Arquitetura e Ornamentação**. 3º Ed. rev. e ampl. BH: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. (Coleção Mineiriana)

BARRETO, Abílio. **Memória Histórica e Descritiva-História Antiga e História Média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de estudos Históricos e Culturais, 1995. (2 vol.)

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais**. SP: Editora Ática, 1986 (Coleção Ensaios, 116).

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **A Vivência da Morte na Capitania das Minas**. BH: Departamento de Filosofia/FAFICH, 1986. (Dissertação de mestrado – Mimeo)

_____. **A Arte Sacra no Brasil Colonial**. BH: C/Arte, 2011.

CHEVALIER, J. & GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos: Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números.**_ 7º Ed. RJ: José Olympio, 1993.

DEL PRIORE & VENÂNCIO. **O Livro de Ouro da História do Brasil.** RJ: Ediouro, 2001.

Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Centro-Sul / coordenadores, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Raphael Rajão Ribeiro. – Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008.

MENESES, Jose Newton Coelho. A Patrimonialização da Vida: vivência, memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: **Valor Patrimonial e Turismo: limiar entre História, território e poder**/Evaldo Batista da Costa, Leandro Beneditini Brusadin, Maria do Carmo Pires (organizadores). SP: Outra Expressões, 2012.

MUMFORD Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.**_SP: Martins Fontes, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** SP: Brasiliense, 1976.

REAL, Regina M. **Dicionário de Belas Artes: termos técnicos e matérias afins.**_ RJ: Editora Fundo de Cultura, 1962.

SERRES, Michel. **O Mal Limpo: Poluir para se apropriar?**_RJ: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz.**_SP: Cia das Letras, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **1680-1720: o império deste mundo.** SP: Cia das Letras, 2000.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Vila Rica.** SP: Perspectiva, 1977.

http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf (Acesso: 27/07/19, às 17horas)

<http://historiaporimagem.blogspot.com.br/2011/05/primeira-missa-no-brasil-um-show-de.html> (Acesso: 27/07/19 às 17horas 33minutos)

<http://iconografiaecristianismo.blogspot.com.br/> (Acesso: 24/07/2019 às 16 horas)

<http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/index.php> (Acesso: 07/2019)

<http://curraldelrei.blogspot.com.br/> (Acesso: 07/2019)

Rosana de Figueiredo Angelo

Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG).

Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG).

Professora da Universidade Estadual de Minas Gerais/Escola Guignard (UEMG)

Pofessora do Centro Universitário de Sete Lagoas (UNIFEMM)

Membro do Conselho Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário de Sete Lagoas (UNIFEMM)

Membro do Grupo de Pesquisa Patrimonio Cultural Educação e Tecnologia Digital (GPCETD) - UFOP